

Reforma bancária não demora

A separação nítida entre as funções do Banco Central e do Banco do Brasil, a eliminação dos subsídios creditícios e a transformação do Orçamento Monetário apenas em uma programação financeira anual das autoridades monetárias é um objetivo de curtíssimo prazo.

Segundo informou ontem o Diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Miranda, o Governo espera deixar praticamente encaminhada, até março de 1985, a reforma bancária.

— Tudo o que puder ser feito para transformar o Banco Central em um banco central clássico, retirando de sua responsabilidade operações de fomento, para fazer com que o Banco do Brasil deixe de ser autoridade monetária e para eliminar os subsídios será implementado até março de 1985, porque não pretendemos deixar para uma equipe nova os frutos de um trabalho que amadurecemos ao longo dos últimos anos — disse Miranda.

Na última reunião do Conselho Monetário Nacional, realizada no dia 21 deste mês, foi aprovada a reforma bancária, através do voto nº 283, tendo resultado na criação de quatro grupos de trabalho. Esses grupos têm até o dia 30 de novembro para apresentar propostas concretas sobre, entre outras questões, dívida pública

mobiliária, programas oficiais de crédito e compra de produtos agrícolas e relações institucionais entre o Banco do Brasil, o Banco Central e o Tesouro Nacional.

De acordo com Miranda, os principais objetivos da reforma, a curto prazo, são o de traçar uma linha nítida de separação entre as atividades de administração da dívida pública e de execução de política monetária, retirar do Banco Central as operações de fomento e criar fontes não-monetárias de financiamento para as linhas de crédito oficiais. Essas fontes serão fiscais ou provenientes da receita da dívida pública. As autoridades têm a intenção de fazer passar uma lei no Congresso Nacional estabelecendo que a receita da venda de títulos no mercado, além de ser empregada no giro da dívida, seja alocada em programas de financiamento.

Quanto aos subsídios creditícios, já foram repassados ao setor privado os financiamentos das culturas de café e açúcar e os referentes à exportação. O próximo passo será o de criar recursos fiscais — dotações dentro do Orçamento Fiscal — para cobrir os subsídios concedidos à agricultura, medida que já está prevista na programação dos gastos do Tesouro de 1985.